

Política

Uma agressão ao Parlamento e ao povo

Rosângela Bittar



Nenhum partido vai bem na CPI do Cachoeira. Aliás, a política vai mal, muito mal nesse palco iluminado com velas. Todas as legendas estão divididas e não acertaram até agora sua atuação. Ninguém conseguiu analisar denúncias e quem vai pior são os dirigentes e quem vai pior são os responsáveis de liderar o grupo de investigadores. A CPI é uma interminável sucessão de negações: não, nada, ninguém, nenhum.

As gravações telefônicas da Polícia Federal continuam sendo a base da arguição do relator, que não sai do lugar na sua peroração de assessoria. Fez até um treinamento para aprender a inquirir, sem resultados, gira em torno do já gravado, já apurado, já comparado, já investigado.

O que há não é nem palanque eleitoral. É discurso vazio, gritaria da pior qualidade, torcida de times perna de pau. A CPI se irrita quando um depoente usufrui do direito de ficar calado, mas quando ele fala não tem o que perguntar, não sabe o que precisaria saber.

Os dados recebidos estão empilhados, o sigilo fiscal e bancário da Delta, a grande empreiteira envolvida no caso, foi quebrado, mas nenhuma informação serviu ainda ao inquirido, pois ninguém estuda aquele calhamaço.

CPI faz inquérito sob o filtro da negação

Uma maneira de CPIs burlarem a trabalhadeira que é levantar irregularidades com base no sigilo quebrado é convocar os dirigentes das empresas e as pessoas que com eles têm ligação explícita para, a partir dos seus depoimentos, localizar os dados que servirão a possíveis provas. Essas pessoas, no caso desse inquérito, entraram na disputa partidária e foram perdoadas por antecipação.

A CPI já nasceu causando perplexidade e assim continua. Primeiro pela sua composição, pois estavam lá, e ainda estão, parlamentares como o senador Fernando Collor, presidente que sofreu impeachment depois exatamente do trabalho de uma comissão parlamentar de inquérito criada a partir de denúncias da imprensa, e o deputado Protógenes Queiroz, ex-delegado que fez sua história política na esteira de uma investigação baseada em grampos por ele interpretados com grande capacidade de distorção, atingindo culpados e inocentes. No caso em tela, tem inclusive seu nome nos autos por suspeita de ligação com os réus. O PT entrou dividido, tem um grupo que age em nome dos réus do mensalão e que tenta não deixar a CPI perder o rumo inicial de ser manobra diversionista do grande escândalo de corrupção do governo Lula.

O relator nomeado pelo PT é alma penada, esbraveja, acusa e esperneia em entrevistas pós sessões de arguição em que repete o que está nas gravações da polícia. O PMDB, o cindido de sempre, colocou lá um presidente que não lidera o processo, ficando o partido entredito com a defesa política dos seus. A oposição, velha coitada, sem número para fazer valer posições, alvo da

investigação por intermédio de um governador importante, além-se à disputa partidária e foge da investigação. Há os éticos de CPI, desgarrados de seus partidos, tentando fazer inquérito, entre os quais se destacam Miro Teixeira e as revelações Pedro Taques e Randolfe Rodrigues, mas e os resultados? Zero.

Nem o objetivo diversionista do início a CPI consegue atingir. Lula a estimulou como instrumento para os réus do mensalão fazerem um samba enredo contra o procurador-geral da República e contra a imprensa, incluindo de quebra o governador de Goiás, seu desafeto pessoal. O barulho não desviou as atenções do julgamento do mensalão, ainda. A aguardar a combustão da CPI em agosto, a ver se tem carta na manga. O que a CPI ofereça à sociedade é degradante, é uma manipulação grosseira das atribuições do Parlamento, que também deveria se sentir ofendido. Carlos Augusto Ramos Cachoeira, Fernando Cavendish, Delta Engenharia, Luiz Antonio Pagot, passam muito bem, obrigado, na plateia desse espetáculo de quinta categoria.

A maior autoridade do Brasil, ao contrário das organizações não governamentais que atuam na área e entraram no encontro para fazer o embate político-ideológico independentemente do que ali ocorresse, em defesa de suas posições, não está nada decepcionada com a conferência ambiental da Organização das Nações Unidas, a Rio+20. A presidente Dilma Rousseff sabia o que queria do encontro e cumpriu à risca seus objetivos, como faz em tudo o mais que diz respeito ao governo.

Evitou lá chegar com o telhado de vidro do Código Florestal aprovado no Congresso, e depois de sucessivas reuniões com equipes enormes de ministros, fez os vetos que considerou necessários para, também de acordo com seus critérios, respeitar a maioria do Parlamento e ao mesmo tempo suprimir questões que por princípio já havia condenado, como o tirar do texto tudo o que pudesse ser entendido como anistia a desmatadores.

Também à parte da performance política das ONGs, suplicando retirada do registro de sua presença dos documentos oficiais, dentro também de seu script político, o governo queria que lá estivessem, e lá estiveram.

Textos que compatibilizam posições de dezenas de países são sempre os possíveis, é um axioma ao qual essa conferência não fugiu e outras não fugirão.

E só os desinformados estranharam as ausências de líderes de alguns países desenvolvidos, anotando o fato como algo surpreendente e significativo. Dilma sabia e divulgou, um mês antes do anúncio oficial, que Angela Merkel não vinha, bem como era notória, avisada e justificada a ausência de Barack Obama. No méio que frequentam a presidente e a diplomacia que a assessora, compreendia-se que o presidente americano estava numa campanha difícil, e que os presidentes europeus, afogados em crise econômica, não conseguiriam pensar em outros problemas. A presença de Hillary Clinton foi uma surpresa positiva, a expectativa era de uma representação até menor.

O Brasil esteve, e ainda está, olhando o futuro, muito satisfeito com a presença da China e da França, países com os quais a presidente queria aproveitar, e aproveitou, encontros bilaterais para fazer negócios. Dilma Rousseff aceitou, também, de bom humor, o pitoresco, em cotação alta na conferência.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: rosangela.bittar@valor.com.br

Empresas de asseio e de segurança temem que Serra renegocie contratos

Raphael Di Couto
De São Paulo

Embora a maioria dos empresários evite criticar candidatos com medo de perder negócios ou ser prejudicado em licitações, para os setores de segurança privada e de limpeza dos prédios públicos parece que isso não é problema — talvez porque digam já ter registrado prejuízo na administração do ex-prefeito José Serra (PSDB).

“O Serra perdeu muitos votos do nosso setor porque não soube respeitar o que estava nos contratos”, diz o diretor institucional do Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sesvesp), João Diniz. “Com certeza, muita gente da área que tinha simpatia pelo Serra deixou de votar nele pelo que fez como prefeito”, concorda o presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo (Seac-SP), Rui Monteiro.

Eleito prefeito de São Paulo em 2004 e com problemas de caixa deixados pela gestão anterior, o tucano promoveu uma revisão em todos os contratos da ex-prefeita Marta Suplicy (PT). Suspendeu os pagamentos e parcelou as dívidas em sete anos, o que causou prejuízo e quebrou muitas empresas, dizem representantes dos setores de segurança privadas, limpeza de prédios públicos e construção civil.

Segundo o Seac, cerca de 20 empresas do ramo faliram em 2005 e outras 20 estão até hoje com dívidas em bancos por empréstimos contraídos para pagar funcionários e fornecedores enquanto não recebiam pelo serviço. “Muitos quebraram porque não tinham como manter o fluxo de caixa sem receber. A dívida passou dos R\$ 30 milhões e a



Diniz (esq.), da segurança privada: “Serra perdeu muitos votos no setor”

prefeitura fez um leilão para pagar primeiro quem aceitasse desconto, o que é um absurdo”, critica Monteiro.

“Fica fácil cortar despesas e posar de grande gestor quando você deixa de pagar seus compromissos”, reclama Diniz. “Espero que o Serra tenha aprendido com esse erro, mas não tenho dúvida de que faça isso de novo se eleito”, afirma empresário, que, apesar das críticas, diz que o sindicato não indicará candidato nem fará campanha contra ninguém.

Serra atribui a culpa pela suspensão dos pagamentos ao PT, que teria deixado R\$ 10 milhões em cheques sem fundo e “uma fila de 13 mil credores na porta da prefeitura, com serviços feitos, aprovados e não-pagos”. “Não havia previsão orçamentária nem dinheiro em caixa suficiente para a quitar os contratos da gestão anterior”, disse, por meio de sua assessoria. O tucano garante que, se eleito, não fará novas revisões nos contratos “porque a prefeitura teve a saúde financeira recuperada”

pela atual gestão, que com ele na prefeitura, em 2005, e seguiu com seu aliado, o atual prefeito Gilberto Kassab (PSD).

Vice-presidente de obras públicas do Sindicato da Indústria de Construção Civil (Sinduscon), Luiz Antônio Messias concorda com o tucano. “Isso não foi só culpa do Serra. A Marta não deixou dinheiro em caixa para fazer os pagamentos e cancelou muitos empenhos como se fossem obras que não estavam executadas, mas que foram feitas”, diz.

Messias lembra, porém, que Marta também assumiu com problemas de caixa e, embora tenha tentado reduzir o valor de contratos, não suspendeu pagamentos. E que Serra, ao tomar posse no governo de São Paulo em 2006, no lugar de Geraldo Alckmin (PSDB), também promoveu revisão nos contratos. “É uma atitude recorrente do Serra. Quando ele foi governador, tive duas obras paralisadas por sete meses para uma auditoria. Depois se provou que não havia problemas e continuamos a

obra, mas isso aumentou os custos porque tive que pagar vigias e a obra já tinha se deteriorado”, conta.

Serra defende que o poder público “pode, e deve, rever contratos periodicamente” para saber se as empresas fornecedoras cumprem corretamente seus contratos. “A auto-fiscalização não é uma opção, e sim uma obrigação de quem assume o poder público”, afirma.

Brigas partidárias à parte, o representante do Sinduscon pede a todos os candidatos que tenham respeito ao que já foi assinado. “Cada prefeito que assume quer rescindir contrato, quer revisão dos acordos, quer redução de preço, como se estivesse tudo com sobrepreço. Isso é terrível, gera muita insegurança jurídica”, reclama Messias.

Os candidatos prometem não renegociar prazo e valor dos contratos, mas defendem investigações. Celso Russomano (PRB) afirma que irá comparar o preço de contratos da iniciativa privada com os públicos quando houver indícios de superfaturamento. Para Gabriel Chalita (PMDB), as auditorias têm que ser rotina. Haddad ataca seu adversário. “Faremos auditoria onde os técnicos indicarem vulnerabilidade, mas sem perseguição política, como o Serra fez.”

Apesar das críticas a Serra, tanto Monteiro quanto Diniz dizem que suas associações não indicarão candidato para seus filiados. Na comparação de gestão, ambos elogiam Marta pela criação do bilhete único, que beneficiou seus funcionários e reduziu o gasto com vale-transporte, e veem Kassab como “neutro”. “O que ele fez de bom foi desburocratizar a abertura e fechamento de empresas, mas falhou em muitos outros pontos”, diz Monteiro.

Demandas empresariais

Empresários e candidatos divergem sobre cidade limpa, restrição aos caminhões e comércio de rua

Temas que mais interessam aos empresários	O que dizem os candidatos			
	Celso Russomano (PRB)	Fernando Haddad (PT)	Gabriel Chalita (PMDB)	José Serra (PSDB)
■ Restrição aos caminhões	pretende discutir com o setor de transportes	manterá a restrição até melhorar o transporte público	a eficácia é duvidosa, mas não diz se acabará com a proibição	avalia positivamente as restrições, que reordenaram o trânsito
■ Comércio de rua	analisará todos os casos, mas não pretende fazer restrição total	calçada é do pedestre; shoppings populares e feiras são alternativa	shoppings populares podem ser saída para os camelôs	elogia postura de Kassab e diz que manterá as restrições
■ Renegociação de contratos	auditará contratos com suspeita de superfaturamento	fará análises técnicas, sem perseguição política	fará auditorias e, em caso de irregularidades, promoverá ajustes	não será preciso; prefeitura está com a saúde fiscal recuperada
■ Alterações no Nova Luz	fará revisão para discutir com a sociedade e lojistas	fará mudanças para revitalizar o centro com ajuda dos comerciantes	projeto deveria incluir habitação	população quer revitalização e não há motivo para mudar o projeto
■ Mudanças no Cidade Limpa	quer liberar placas em troca da manutenção de praças e jardins	manterá as atuais restrições	manterá as atuais restrições	lei mudou a cidade para melhor e não será alterada
■ Publicidade no mobiliário urbano	defende, mas quer mudar a licitação para permitir empresas menores	é a favor, mas quer alterar para o foco ser a pequena e média empresa	estudará o assunto	apoiar, é uma ideia que já deu certo em vários lugares do mundo
■ Impostos na guerra fiscal	reduzirá o ISS das empresas que se instalarem na periferia	quanto maior a distância do centro, menor será a alíquota de IPTU e ISS	flexibilizará os impostos nas regiões menos favorecidas	cidade tem vantagens mais amplas do que IPTU e ISS
■ Modelo de licitações	diz que o modelo de grandes licitações não funcionou no lixo	estudará caso a caso	depende do contrato	respeitará o modelo dos contratos já assinados
■ Falta de alvarás no comércio	culpa a prefeitura pela demora para avaliar os pedidos	pretende dissociar o alvará do habite-se para agilizar a aprovação	irá rever as regras para incorporar mais estabelecimentos a lei	pretende reduzir o excesso de burocracia para obter o alvará

Secovi receia que Haddad mude Nova Luz

De São Paulo

A proposta do candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, de revisar o projeto do Nova Luz, promessa da atual gestão para revitalizar o centro da cidade, enfrenta resistência do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi), entidade mais próxima do setor imobiliário, que é um dos principais financiadores de campanhas políticas.

O petista é o candidato que mais tem feito críticas ao modelo proposto pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD), em que a iniciativa privada fará a desapropriação e intervenções urbanas nos prédios na região central, dominada por usuários de drogas. Haddad defende mudanças no projeto para manter o tradicional comércio de produtos eletrônicos na rua Santa Efigênia — a ideia de Kassab é levá-los para um shopping popular.

“A prefeitura confundiu o conceito de revitalização, o que não há vida no local, com requalificação, no qual a força da região é usada para requalificar o meio urbano”, afirma Haddad. “A Santa Efigênia é a prova de que a região tem extrema vitalidade. Temos mais de dez mil empresários trabalhando lá”, pontua o petista, que prevê uma série de ações por indenização caso o projeto avance — por enquanto,

está parado pela Justiça.

O presidente do Secovi, Claudio Bernardes, diz que a proposta do petista não causa insegurança sobre o futuro do projeto porque a licitação já está em andamento e próxima da conclusão. “Se os contratos forem assinados até o fim da gestão, não tem o que fazer. O próximo governo só vai operacionalizar o projeto”, avalia.

Bernardes diz que é “infundada” a crítica de que o Nova Luz entrega o centro para o setor imobiliário, embora a concessionária do projeto pode desapropriar os imóveis da área e vendê-los ou alugá-los. “Sozinha, a prefeitura não tem dinheiro suficiente para executar o projeto. Qual a alternativa? Deixar os moradores naquela degradação, em meio a assaltantes, bandidos, drogados?”, questiona.

Filho de comerciantes da rua 25 de Março, outro tradicional ponto de compras de São Paulo, Haddad discorda do Secovi. “Tenho certeza que o prefeito sairá da eleição com legitimidade para mudar o que for necessário. Tenho segurança de que vamos manter os comerciantes da Santa Efigênia, da [rua] 25 de março, do Brás. Todas essas regiões serão protegidas pela nossa gestão.”

Ao lado de Haddad, estão os candidatos da oposição. Gabriel Chalita (PMDB) e Celso Russomano (PRB) defendem revisão no

projeto após consulta aos moradores e lojistas da região.

Já José Serra (PSDB), que iniciou o Nova Luz quando era prefeito, em 2005, e deixou, ao renunciar um ano depois, as diretrizes em que está baseado o projeto de Kassab, não prevê alterações na proposta. “O principal foco da iniciativa é a preservação e valorização dos prédios históricos, criação de espaços verdes e de lazer e a reforma das áreas livres públicas, então não há motivos para não endossar”, afirma.

Outra proposta que opõe o PT aos empresários é o cerceamento ao comércio de rua promovido pela gestão Kassab. O partido sempre classificou as ações do prefeito de “higienistas”, por excluir a população de baixa renda.

Kassab interrompeu a concessão de novas permissões para os ambulantes trabalharem e chamou as antigas autorizações, com o objetivo de migrar os camelôs para feiras e shoppings populares. “O prefeito está certo. Esta é uma forma de comércio predatório, que não paga impostos e não cumpre regras”, diz o presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Nabil Sahyoun.

Presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Rogério Amato também elogia Kassab. “Em um momento de prati-

camente pleno emprego, não há justificativa para a informalidade. Mas é preciso ter coragem para acabar com isso, porque não é uma medida muito popular. É mais fácil dizer ‘deixa, coitado’ [do camelô] do que fazer a lei ser cumprida”, afirma.

Embora seja contra a volta dos ambulantes, Amato diz não fará campanha contra o PT e nem acredita que o partido faça diferente da atual gestão nessa área. “O bom senso tem de prevalecer. Não creio que os candidatos, independente do partido, sejam a favor de aumentar o número de ambulantes”, diz.

De fato, apesar das consecutivas críticas do PT ao prefeito, Haddad diz que não pretende aprovar muitas novas concessões. “Eu e minha família tivemos loja durante mais de duas décadas e sabemos que isso atrapalha. A calçada tem que ser destinada aos pedestres, para que o comércio consiga funcionar regularmente”, afirma.

O petista vê os shoppings populares e feiras como alternativa. A proposta é a mesma de Chalita. Russomano diz que analisará cada caso, mas que não fará uma restrição total. Serra defende Kassab. “O prefeito precisa pensar no bem comum e na reordenação do espaço público a curto e longo prazo”, elogia. (RDC)